

2. CAPITALISMO, CRISE E IDEOLOGIA: a supressão de direitos como resposta da aliança conservadora-neoliberal*

Suéllen Bezerra Alves Keller

Rene José Keller

Introdução

Nos termos próprios da economia, poucas expressões causam tanta alteração entre seus agentes como a palavra *crise*. Não se trata de ignorar a sua existência, ou aparição de tempos em tempos, senão de uma tarefa recobrada pela ideologia de situar a sua explicação no movimento do político-estatal, deslocando-a da sua seara específica, que é, evidentemente, a econômica. Badiou (2017) alerta que na discussão afeita ao real, a economia ocupa papel de destaque, pois seus mandamentos aparecem como fatalidades a serem cumpridas, pouco importando que seus agentes sequer prevejam “desastres” ínsitos a sua esfera.

Apenas rememorando o cenário mais recente, o processo de *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff – um “legítimo” golpe de Estado – talvez não teria ocorrido se não houvesse uma *crise*. Neste caso, não se limitava ao âmbito econômico, diante dos “escândalos” de corrupção, perda da base política e manifestações nas ruas (KELLER, 2019). De toda sorte, não à toa em 13 de maio de 2016, um dia após ser afastada pela abertura do processo pelo Senado, a grande mídia noticiou: “Dados econômicos da era Dilma: de chorar!” (CABRAL, 2016). Isto significa, em outros termos, que a crise econômica não é transparecida como afeita ao seu próprio domínio, senão como produto de má gestão do Estado, que não soube formular a “política econômica” adequada para evitá-la.

*DOI- 10.29388/978-65-86678-47-5-f.45-68

O presente estudo tem como objetivo geral examinar uma das funções da ideologia, inclusive a que assenta o pensamento neoliberal, que é a *atribuição de nomes impróprios (às crises econômicas) como forma de preservação do que se tornou indizível (o capitalismo)*. Apenas referindo as de âmbito global, fala-se em crise do Crise do Petróleo (1970), Crise dos Tigres Asiáticos (1997), Crise do *Subprime* (2008), Crise da *Troika* (2010), Crise da Pandemia da Covid-19 (2020) etc., como mecanismo de se preservar o essencial, que são crises do modo de produção capitalista. Por outro lado, cabe indagar, nos termos do pensamento crítico: será que é suficiente referir de modo genérico à crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009), sem situá-la historicamente com arrimo na economia política a sua ocorrência?

Rompendo o pensamento binário estabilizante, como propugna Pêcheux (2008), a resposta parece inevitável: sim e não. Advertir acerca da crise estrutural do capital é necessário para a parcela afeita à tradição crítica do marxismo, no entanto, não pode se restringir a algo demasiadamente genérico. Constitui tarefa da crítica ao capitalismo situar, no movimento da sua reprodução, os elementos materiais que conformam a dita crise estrutural. Por evidente que não se trata de uma tarefa singela, no entanto, é preciso – ciente de todas as limitações – empreender tal esforço, sob pena de se ficar apenas repetindo um mantra descolado do movimento do real.

A título organizacional, o texto é dividido em duas partes. A primeira delas, aborda como ocorre o deslocamento ideológico da crise, que em vez de ser lida nos termos da economia política, é depurada como resultado da ação político-estatal. Ainda, como a resposta à crise econômica no Brasil, em vez de ser entendida nos termos propostos por Marx, resgatou e radicalizou os mandamentos da ortodoxia neoliberal. A segunda, situa genericamente os elementos que conformam a crise econômica do capital no Brasil, em que o desemprego, informalidade se transmutam em elemento crônico. Além disso, examina como a formação da aliança conservadora-neoliberal se constitui à medida que focaliza, ideologicamente, a resolução da crise para aspectos morais (fim da corrupção) e de eficiência do Estado (corte de direitos).

O presente estudo se vale da discussão elaborada pela corrente teórica do marxismo conhecida como “crítica do valor”. Intencionalmente, deixaremos de lado as polêmicas afeitas a esta corrente teórica, como o papel relegado à ontologia do trabalho (JAPPE, 2006; POSTONE, 2014) e à luta de classes (KURZ, 1997; 2010). Por outro lado, implica ao menos no comprometimento com certos postulados inafastáveis, que serão percebidos ao longo do texto. O intento não é pura e simplesmente asseverar um enfoque que seria o preciso da obra de Marx, mas recorrer aos prognósticos de situar a resposta ofertada pelo neoliberalismo no Brasil como inerente ao processo de crise do capital.

O estudo, metodologicamente, foi desenvolvido com base em pesquisa qualitativa, tendo perfil interdisciplinar, articulando as searas do Serviço Social, Economia Política, Filosofia, Sociologia e Direito, em atenção à totalidade (KOSIK, 2011). O campo epistemológico se insere na teoria crítica da sociedade capitalista (HORKHEIMER, 1991), sendo o método de análise o dialético na fundamentação materialista. As fontes de pesquisa consistem em livros, artigos e documentos, analisados mediante as técnicas de revisão bibliográfica e análise de textos jornalísticos; estes como forma de ilustração material do argumento que, por vezes, têm certo grau de abstração.

Do Marx redescoberto ao Marx refutado: a negação da economia política no debate público sobre a crise capitalista

Capitalismo e crise, por vezes, são tratados como antonomásias. Anselm Jappe (2006, p. 134) refere: “A crise não é uma interrupção temporária que vem perturbar o funcionamento ‘normal’ do capitalismo. A crise constitui antes a verdade do capitalismo”. O que deveria causar espanto não são essas associações livres entre capitalismo e crise, em que um prudente crítico analítico aponta o dedo à “crise estrutural do capital” a cada momento de regressão deste. Talvez o que legitimamente importuna é o deslocamento ideológico da crise econômica, que habitualmente é arrastada para o plano político

(KURZ, 2004), ou atribuindo-se nomenclaturas totalmente alheias ao capitalismo.

É como se o modo de produção capitalista funcionasse em si (ou “desse certo”, como a visão popular gosta de referir), no entanto, os agentes políticos não soubessem desenvolver o cenário ideal para a sua reprodução e expansão. A crise aparece como resultado da má gerência estatal, seguidamente apresentada como “excesso” de intervenção, recaindo sobre o desenho da política econômica erroneamente formulada, cujo preço político sabidamente pode ser elevado. Ao seu turno, a “razão” estaria sempre ao lado do mercado, pois o seu sentimento – quase humano – aspira determinar com suposta eficiência a ação do Estado.

Dilma Rousseff foi deposta, via golpe institucional em 2016, tendo como motor ideológico também a crise econômica. Todavia, em vez de a tônica do governo petista alertar que se trata do reflexo da “crise estrutural do capital”, buscou uma explicação igualmente repositando os termos do debate. Na ocasião, Dilma referiu que a crise da economia seria em virtude da queda nos preços das *commodities* no mercado global, enquanto os nossos *experts* alertavam para o gasto público desmedido do governo, circunstância que teria levado o Brasil à maior crise econômica da sua história. Nem o governo petista ou seus opositores citaram o capitalismo como motor da crise, apenas ressaltando aspectos pontuais diversos para explicação.

A revista *Época*, no bojo do processo formal de *impeachment*, em abril de 2016, trouxe a seguinte manchete: “Como o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história”, mencionando que não havia queda do Produto Interno Bruto (PIB) tão severa em um par de anos consecutivo desde 1930. O teor da matéria, como esperado, traz o arranjo ideológico de situar a crise econômica para o âmbito exclusivamente político-estatal:

A maior parte do problema nasceu de uma política econômica desastrosa e arrogante (porque mantida mesmo após sinais claros de que estava equivocada). O governo apostou em baixar juros à força, incentivar o consumo e beneficiar setores e companhias seletivamente, em vez de promover reformas que facilitassem os negócios no país. O barateamento forçado dos

combustíveis e da energia elétrica apresenta seu custo agora, na forma de inflação elevada. Permitiu-se que as contas públicas saíssem de controle (OLIVEIRA; CORONATO, 2016).

A crítica ao capitalismo e suas contradições, as quais se manifestam de tempos em tempos como crise, deixaram de povoar o imaginário comum quando se torna ausente do debate público. Capitalismo se torna o indizível. O que engendrou os tantos governos de esquerda na América Latina no começo do Século XXI foi uma crítica radical aos efeitos do neoliberalismo, acima de um esforço comum de repudiar o capitalismo diretamente, salvo exceções como a Venezuela. A quase ausência de crítica e prática política que contrariasse os postulados do modo de produção capitalista, em pormenor no Brasil, reforçou a ideologia de que a crise econômica deriva de condicionantes de gestão e/ou da corrupção generalizada.

Fomenta-se uma “esquerda estrutural”¹ que lastima os retrocessos do capital quando crises despontam, pois imaginam que o capitalismo pode ser sempre melhorado. Parte desta esquerda se tornou até mesmo defensora de grandes empreiteiras corruptas. O senador da Bahia pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Jaques Wagner, em entrevista à Globo News, criticou a Operação Lava Jato porque “matou o CNPJ, matou as empresas brasileiras, quando deveria atacar os corruptos pessoa física” (PT, 2019). Nos termos do senador, a corrupção é amplamente dissociada do capitalismo, como se fosse um desvio de conduta pessoal, sendo que a penalização menos ainda deveria atingir as empresas.

No discurso acerca da crise, o que nos interessa é o que está à margem, ou o dito no não-dito (PÊCHEUX, 2008). Isto é, como de certo modo, tanto a esquerda estrutural, cuja expressão máxima é o PT,

¹ A política, no sentido de potência de transformação do real, deixa de existir à medida que a “esquerda” passou a atuar nos marcos dos consensos *capitalismo e democracia parlamentar* (BADIOU, 2014). Herbert Marcuse (1967) apontava, em antecipação ao curso no Brasil, para a tendência de “fechamento do universo político”, quando se perde a radicalidade dos partidos de “esquerda”, que passam a ser um testemunho da integração à ordem estabelecida. A esquerda estrutural, portanto, pode ser compreendida à luz dos partidos que integram os consensos democracia e capitalismo, meramente servindo como simulacro de contradições irreconciliáveis, quando, em se tratando do capitalismo, atuam – cada um ao seu modo – na tentativa idealista do seu melhoramento.

como a direita (ora apresentada pela aliança conservadora-neoliberal do governo Bolsonaro), examinam o fenômeno com maior similaridade do que o antagonismo político fenomênico pode supor. O termo ausente do debate, ou o “não-dito”, é uma palavra historicamente cara ao pensamento crítico: capitalismo. Como indica Sampaio Jr. (2017, p. 98), a crise não se trata de “um fenômeno aleatório, que poderia ter sido evitado com políticas econômicas adequadas, mas sim uma consequência inelutável do próprio desenvolvimento capitalista”.

É curioso memorar que quando eclodiu a grande crise financeira de 2008, também nominada de crise do *subprime*, foi noticiado na grande mídia que a obra “O Capital”, de Karl Marx, havia sido redescoberta. A Deutsch-Welle (WESTER, 2010) trouxe a manchete de que a “Crise aumenta procura por obra de Karl Marx na Alemanha”, comunicando que “quando a crise estava a pleno vapor, as editoras venderam cerca de 4,5 mil cópias de *O Capital*. Em 2005, essa cifra era de apenas 750”. O sucesso nas vendas talvez tenha um empurrão de Peer Steinbrück, à época ministro das finanças no governo Merkel, o qual teria declarado ao jornal “Der Spiegel” que “tudo o que está acontecendo mostra que algumas partes da teoria marxista não estavam tão erradas” (G1, 2008).

A redescoberta momentânea de Marx não teve o mesmo impacto no Brasil, visto que a crise de 2008, inicialmente, foi lida sob o prisma da notória capacidade de descomplicação do então presidente Lula, o qual afirmou que ela se apresentava como tsunami nos Estados Unidos, mas aqui chegaria como uma “marolinha” (GALHARDO, 2008). Lula não estava totalmente equivocado, à medida que a crise econômica despontou com maior intensidade tão somente a partir do final de 2014, cujo resultado do PIB foi de 0,5% neste ano, seguindo de uma queda de 3,8%, em 2015.

Ao revés de recorrer a Marx para entender a crise que se apresentava, havia a gestação dos elementos que conformariam a ideologia de governo a partir de 2018, com a eleição de Bolsonaro, segundo a qual os governos de Lula e Dilma estavam conduzindo o Brasil ao comunismo. Por vezes, como assinala Georg Friedrich Hegel (2016, p. 240), “quanto pior é o pensamento, menos aparece especi-

ficamente onde está a sua falha, e mais difícil é isolá-la. Diz-se que pensamento é tanto pior quanto mais pura e vazia é a abstração que vale por sua essência”.

Em decorrência dessa vinculação entre o PT e o comunismo, decerto não foi sobre Marx que se despertou o interesse após a eclosão da crise econômica no término do governo petista. A crise e o golpe de 2016 ressuscitaram os fantasmas liberais de Ludwig von Mises e Milton Friedman, entretanto, não como abstratas referências teóricas, senão como plataforma econômica de governo. Basta lembrar que, durante o breve período de Michel Temer, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95/2016 (PEC 241/55), limitando os gastos públicos primários do governo federal por vinte anos, inclusive os relativos a ensino e saúde. Mesmo entre os que se posicionavam contrários à medida, não sabiam ao certo de onde teria partido a ideia ou com base no que fora pensada. Citando pesquisa da economista Laura Carvalho, Behring (2019, p. 59) aponta que 22 países no mundo têm regras de gastos, mas em nenhum deles válidas por 20 anos, acreditando que a “EC 95, portanto, é de um aventureirismo irresponsável inimaginável”.

O que se negligenciou no debate é que se trata da aplicação pura e simples dos ditames da ortodoxia liberal da Escola de Chicago, preconizada por Milton Friedman e Rose Friedman, na obra “Livres para Escolher”. Os autores propõem limites aos gastos públicos federais por meio de Emenda à Constituição, tal qual adotada no Brasil, a fim de restringir o orçamento do governo, considerando que

[...] acabaria com a tendência de um governo cada vez maior, não haveria reversão. [...] Uma redução gradual de nossa renda que o governo gasta seria uma contribuição importante para uma sociedade mais livre e mais forte” (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2015, p. 429).

Marcelo Carcanholo (2018, p. 47) faz uma indagação que contém, na aparência, uma aporia para a visão marxista:

[...] se os governos do PT implementaram o neoliberalismo, o mesmo que agora, pós-golpe, é intensificado, por que o

golpe?”. A sua pergunta é precisa, mas a resposta passível de complementação. O autor refere que a forma de saída da crise não permitirá mais a política de conciliação de classes, sendo que fará diferença quem controlará o bloco de poder na nova rodada de reformas estruturais pró-mercado, impulsionando as privatizações (CARCANHOLO, 2018, p. 48).

Rompendo com o pensamento binário lógico-estabilizante (PÊCHEUX, 2008), que simplifica os termos do debate, não se pode dizer que os governos petistas meramente reproduziram os preceitos neoliberais, tampouco que houve uma ruptura com os seus ditames. Ainda que tenham sido mantidas políticas de cariz neoliberal (como as privatizações), o chamado “neodesenvolvimentismo” tem traços de distinção que não permitem reduzi-lo àquele. É salutar entender que ambos atuam e aceitam o capitalismo como modo de produção, apresentando distinções particularmente nas pautas redistributivas e de reconhecimento (FRASER; HONNETH, 2003).

Entretanto, nos governos petistas, havia interesse do Estado em prover os direitos sociais à população como valor de uso, ainda que aceitando o valor de troca².

Assinalamos ainda a implantação de uma política de valorização real do salário mínimo, enquanto a prescrição neoliberal é abolir a “lei do salário mínimo”, que teria como efeito aumentar o desemprego ao “exigir que os patrões contratem a esse mínimo todos os que estavam anteriormente empregados com salários abaixo do mínimo (FRIEDMAN, 2014, p. 235).

Da mesma forma, Ludwig von Mises (2010), entendia que a fixação de taxa mínima de salário poderia ter o efeito de estancar a produção, diante da redução do lucro.

² Ainda que nos governos petistas tenha havido a prevalência do valor de troca sobre a maior parte dos bens sociais, alguns direitos puderam ser acessados como valores de uso, com o suprimento de necessidades sociais mediante ação do Estado, como é o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI): “o neodesenvolvimentismo aparece como algo diverso do livre-mercado, em que o indivíduo seria o responsável por comprar seus próprios direitos como valor de troca, mas também não significa que o Estado assumirá a resposta pela garantia dos direitos de forma pública, pois a transfere ao capital privado” (ALVES KELLER, 2019, p. 73).

A mesma diretriz econômica foi seguida pelo governo de Jair Bolsonaro, ao nomear para ministro da economia o pupilo da Escola de Chicago, Paulo Guedes. Pode parecer, em um viés apressado, que as políticas governamentais do período petista sofreriam necessariamente redução ou extermínio. Não é o caso, visto que parte delas – como o Programa Bolsa Família – pode encontrar guarida nos ditames da ortodoxia neoliberal. O Bolsa Família possivelmente sofrerá mutação, podendo ser rerepresentado em outros moldes, não porque haja um entendimento por parte do governo acerca da necessidade de socorrer aos miseráveis, senão como forma de atender as diretrizes estabelecidas por Milton Friedman e seu afamado “imposto de renda negativo”. É preciso lembrar que o plano de governo da coligação “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” previa:

Acima do valor da Bolsa Família, pretendemos instituir uma renda mínima para todas as famílias brasileiras. Todas essas ideias, inclusive o Bolsa Família, são inspiradas em pensadores liberais, como Milton Friedman, que defendia o Imposto de Renda Negativo. Propomos a modernização e aprimoramento do Programa Bolsa Família e do Abono Salarial, com vantagens para os beneficiários. Vamos deixar claro: nossa meta é garantir, a cada brasileiro, uma renda igual ou superior ao que é atualmente pago pelo Bolsa Família (PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO, 2018).

Conforme Friedman (2014, p. 247), o recurso

“mais conveniente” para aliviar a pobreza gerada pelo capitalismo seria a “caridade privada”. Contudo, esta só chegaria a determinado número de pessoas e, avaliando que, ao se sentir “angustiado perante a pobreza [...] me benefico com a sua redução [...] poderíamos estar todos dispostos a contribuir para o alívio da pobreza *desde que todos os outros* também o fizessem” (FRIEDMAN, 2014, p. 248).

O autor propõe a intervenção estatal no que concerne à criação de um programa de imposto de renda negativo sobre o rendimento para “ajudar” as pessoas em geral, sem caracterizá-las como

membros de determinado grupo³. Esse imposto negativo funcionaria como subsídio progressivo àqueles que possuem nenhum ou baixo rendimento líquido. Sua proposta é de que este programa substitua todas as políticas públicas, em especial a seguridade social, pois forneceria “ajuda na forma mais útil para o indivíduo, isto é, em dinheiro” (FRIEDMAN, 2014, p. 249).

Os desideratos do neoliberalismo estão ditando a tônica das práticas de governo. Por isso, a ofensiva do conservadorismo, em ascendente ao menos desde Junho de 2013, passando pelo golpe institucional de 2016 e culminando na eleição de Jair Bolsonaro em 2018, redesenha o espectro da luta política nesse segundo decênio do século XXI. É preciso refletir o quanto a baliza reivindicativa da esquerda foi arrastada para o espectro político de manutenção de pautas mínimas, não havendo nenhum espaço à radicalidade. É praticamente ausente do debate público a perspectiva do socialismo, tendo pouquíssima ressonância a abolição do trabalho abstrato, a redução da jornada ou a tomada dos meios de produção. Por outro lado, a radicalização do projeto econômico da direita, materializado nos ditames do neoliberalismo (privatizações, corte de direitos etc.) está a pleno vapor.

O que sobra à perspectiva emancipatória no estágio atual da luta política é a defesa de pautas que sequer são dotadas de radicalidade, não podendo ser taxadas nem mesmo de reformistas. Há um recuo tamanho que a defesa de direitos, políticas públicas, diversidade e assim por diante, têm sido as pautas centrais, como forma de reação ao processo em curso de mercantilização dos máximos aspectos da vida. A ofensiva conservadora arrasta a baliza do espectro político ao ponto de o socialismo ser elevado a um alto grau de abstração, sem encontrar ressonância popular, deixando de ser uma ideia que tenha a potência de se converter em força material.

³ Na proposição deste modelo, não deve haver diferenciação entre os grupos beneficiados, como ocorre com idosos e pessoas com deficiência, no caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A supressão de direitos como resposta conservadora-neoliberal à crise capitalista

Ao menos desde o final de 2014, se anuncia a maior crise econômica da história do Brasil. Este discurso se acentuou com a pandemia da Covid-19, a qual emprestou seu nome à “nova” crise. Mais uma vez, ideologicamente, não é tratada como uma crise do capitalismo, mas crise pandêmica. É curioso notar que a pandemia não é em si um modo de produção ou circulação de bens, sendo que a crise somente pode se manifestar no seu âmbito, que é o econômico. Em meio ao caos gerado pela pandemia, o discurso neoliberal foi relativizado, à medida que o governo federal se viu na iminência de prover o sustento de mais de 60 milhões de brasileiros, com o auxílio emergencial de R\$ 600,00 por mês (OTTA, 2020).

É preciso acentuar, antes de tudo, que a crise da pandemia é uma crise do capitalismo. Isso porque demonstra as irracionalidades insitas ao movimento de reprodução do capital. O modo de produção vigente, embora tenha um nível de produtividade jamais visto pelo amplo emprego da tecnologia, não se mantém imune de crise caso se pare por poucos meses. A pandemia constitui uma crise do capitalismo, tendo em vista que o freio no modo de produção (com as demissões, suspensões de contratos de trabalho e reduções de jornada) fez aflorar as contradições endógenas, que desabrocham como crises. Como afirma Marx (2017, p. 288), as crises “são sempre apenas violentas soluções momentâneas das contradições existentes, erupções violentas que restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado”.

A crise atual brasileira talvez seja sem precedentes, no entanto, esta não pode ser entendida senão como associada ao próprio movimento contraditório de produção e reprodução do capital. No segundo trimestre de 2020, o Brasil contava com 12,8 milhões de desempregados e 5,7 milhões de desalentados, ou seja, que já desistiram de procurar emprego (IBGE, 2020). Em maio de 2020, pela primeira vez na série histórica (iniciada em 2012), menos da metade das pessoas com idade para trabalhar estavam ocupadas (formal ou informalmente). Antes da pandemia eclodir, em fevereiro de 2020,

38,08 milhões de pessoas estavam na informalidade, representando 40% dos trabalhadores ocupados, sendo que este número cai durante a Covid-19, ao serem arrastados ao desemprego. Como entender tamanho quadro estarrecedor? O caminho não pode ser outro, senão na trilha da economia política.

O desenvolvimento das forças produtivas, impulsionado pela concorrência e avanço tecnológico acelerado, demanda que haja uma substituição – em escala crescente – do capital variável pelo capital constante. Como a força de trabalho constitui a mercadoria capaz de gerar mais-valor, ocorre uma queda tendencial na taxa de lucro, à medida que menos trabalho é empregado para produção de dada mercadoria. Pode haver o aumento da massa de mais-valor, todavia, sendo necessário que se incremente as vendas quantitativas das mercadorias, visto que o valor individual diminuiu. Tal circunstância evidencia ao menos duas tendências de crise: a) superprodução de mercadorias (visto que a produção é dissociada da circulação); b) formação de excesso de população, como alude Marx (2017).

A elevação do nível de produtividade faz com que menos trabalhadores sejam necessários para o processo produtivo. Esse quadro se agrava com a desindustrialização progressiva que ocorre no Brasil, ao menos desde a década de 1980, fazendo com que o setor secundário perca relevância em relação ao PIB e ao nível de emprego. Marcio Pochmann (2012, p. 16-22) ilustra como houve a renovação da base da pirâmide social, visto que na década de 1950 a indústria ocupava 16,9% dos trabalhadores, passando a 24,6% em 1980, com leve baixa para 24% em 2008. O setor de serviços, ao seu turno, passou de representar 22,5% em 1950 para 42,6% em 1980, chegando a 57,6% em 2008, fazendo com que o setor terciário passasse a ter predominância também no PIB; ao reverso do constatado até a década de 1980.

O aumento contínuo da produção, em que vigora o realinhamento da composição orgânica do capital acima descrito, contrabalança a queda tendencial ao ofertar uma gama variada de mercadorias pelo preço final reduzido. O lado oculto (ou nem tanto) desse mecanismo da reprodução do capital está justamente no aumento exponencial do desemprego, pois cada avanço tecnológico é ganho

sobre a diminuição da força de trabalho. Isso significa um contingente menor de trabalhadores que vendem a força de trabalho e têm condições de comprar as mercadorias, não obstante seu valor individual esteja menor. Ainda, como lembra Anselm Jappe (2006, p. 107): “O resultado do crescimento gigantesco dos meios de produção é trabalhar-se cada vez mais, e não menos”.

Em vez de haver uma redução generalizada no número de horas trabalhadas, em razão do avanço do nível de produtividade pelo componente tecnológico, finda por não se produzir “meios de subsistência em proporção à população existente” (MARX, 2017, p. 297). Produz-se, na direção do exposto por Marx,

[...] uma parte excessivamente grande da população que, na realidade, não se encontra em condições de trabalhar e que, pelas circunstâncias, depende da exploração do trabalho alheio ou de atividades que só se podem considerar como trabalho dentro de um modo miserável de produção (MARX, 2017, p. 297).

No caso brasileiro, representou um aumento significativo da população que trabalha em veículos (como os entregadores e motoristas de aplicativos de transporte), que teve um aumento de 29,2% em 2018, chegando a 3,6 milhões de pessoas (CRELIER, 2019).

Jappe (2006) refere que a diminuição do trabalho criador de valor poderia ser uma boa notícia, pois resultaria na diminuição geral do tempo de trabalho. No entanto, o resultado é que “mesmo se já não há necessidade de trabalho, não lhes é permitido viver se não trabalham” (JAPPE, 2006, p. 116). Isso se explica à medida que a dominação no capitalismo se exprime como pessoal (do capitalista sobre o trabalhador) somente no seu nível fenomênico. O que habitualmente se entende por luta de classes, materializada em antagonismos irreconciliáveis entre capitalista x trabalhador, somente denota a aparência; a forma da real dominação é a que se opera no nível estrutural pelo próprio capital, que é o sujeito histórico que governa as contradições de classe (POSTONE, 2014).

O sujeito histórico do capitalismo é o próprio *capital*, que subordina conjuntamente as classes antagônicas a interagirem para sua

produção, realização e reprodução do mais-valor. Como aludido na tese 50 de Guy Debord (2012, p. 34): “O capital já não é o centro inviável que dirige todo o modo de produção [...]. Toda a extensão da sociedade é o seu retrato”. No seu nível mais elementar, portanto, o que grava o modo de produção capitalista é a formação de uma estrutura abstrata de dominação, cujo personagem central é o capital, que para se reproduzir carece das personificações antagônicas:

O capital se mostra cada vez mais como um poder social, cujo funcionário é o capitalista, e que já não guarda nenhuma relação com o que o trabalho de um indivíduo isolado possa criar – mas se apresenta como um poder social estranhado, autônomo (MARX, 2017, p. 303).

O capitalista, como personificação do capital⁴, toma as decisões balizadas pela necessidade constante de transformação do dinheiro em mais dinheiro, nem que isso implique em corte dos postos de trabalho, realocação da planta produtiva etc. As decisões tomadas pelo capitalista são governadas pela lógica que orienta a produção e reprodução do mais-valor, em última instância atreladas aos mandos do capital, submetendo-se as suas necessidades em detrimento as das pessoas envolvidas na sua criação. Por isso, deveria causar perplexidade que a produção seja constantemente paralisada nos períodos de crise, quando atinge o grau de expansão que limita a realização do lucro e não quando supre a necessidade das pessoas: “Ela fica paralisada não no ponto em que isso se impõe pela satisfação das necessidades, mas naquele em que isso é exigido pela produção e pela realização dos lucros” (MARX, 2017, p. 298).

O alto grau de produtividade experienciado, que pode repercutir na crise de superprodução⁵, somente não fez o capitalismo ruir

⁴ “[...] as máscaras econômicas das pessoas não passam de personificações das relações econômicas, como suporte das quais elas se defrontam umas com as outras” (MARX, 2014, p. 160).

⁵ “Como o fim do capitalismo não é a satisfação das necessidades, mas a produção do lucro, e como ele só alcança esse objetivo em virtude de métodos que regulam o volume da produção com relação à escala da produção, e não o inverso, deve produzir-se constantemente uma cisão entre as dimensões restritas do consumo sobre a base capitalista e uma produção que tende constantemente a superar essa barreira que lhe é imanente. Além disso, o capital

por completo pela ausência de compradores em quantidade necessária, em decorrência da válvula de escape: o crédito. Na linha de Jappe (2013), o crédito prolonga a vida do capitalismo no instante em que estende a dos consumidores. A venda antecipada da força de trabalho compromete não somente os ganhos imediatos da classe trabalhadora, senão projeta a necessidade de vendê-la por um período futuro incerto (de acordo com o grau de endividamento). Em 2018, 62 milhões de brasileiros estavam cadastrados no sistema de restrição de crédito por endividamento (TREVIZAN, 2019), demonstrando que o limite do capitalismo via crédito foi em certa medida atingido.

A criação, por todos os lados, de “populações em excesso, supérfluas, que não servem nem mais a serem exploradas” (JAPPE, 2013, p. 61), desemprego estrutural (KURZ, 2004) e a depressão do nível salarial, constituem o perverso produto da dispensabilidade humana na reprodução do capital. Quando este encontrou seus limites de realização de lucro na esfera produtiva, descambou para o acentuado processo de financeirização, que permite ganhos acima da economia real. Como alerta Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2017, p. 98): “A valorização do capital fictício descolou-se completamente da valorização produtiva e a acumulação produtiva desgarrou-se completamente da capacidade de consumo da sociedade”.

Em paralelo à forma como é habitualmente entendido, o neoliberalismo não retrata um acordo de governos e classe dominante para restringir deliberadamente direitos da classe trabalhadora, constituindo um mecanismo necessário para dar sobrevida ao próprio capitalismo. A ampliação das áreas passíveis de exercer a acumulação de capital era uma necessidade imanente ao sistema, que encontrava seus limites na economia real. Retirar do Estado a tarefa de provisão de direitos, como ensino, saúde, moradia, significa abrir o horizonte da reprodução do capital em searas que se encontravam restritas pela atuação do Estado. Os direitos, em pormenor os direitos sociais, são caminhos vitais para expansão da reprodução do capital, quando os limites nos setores produtivos tradicionais são atingidos. Diante da asfixia da forma de gerar mais-valor no capitalismo, o neoliberalismo

se compõe de mercadorias, razão pela qual a superprodução de capital implica a superprodução de mercadorias” (MARX. 2017, p. 296).

propugna a privatização como meio de absorver as demandas de expansão constante do capital.

A implantação do neoliberalismo foi um recurso imprescindível à perpetuação do modo de produção, estabelecendo sua própria ideologia, política econômica e racionalidade, moldadas para atenderem a lógica de soberania do capital. Dardot e Laval (2016, p. 14-16) apontam que o neoliberalismo gera certas relações e modos de vida, se tornando a própria “razão do capitalismo contemporâneo, [...] plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). Para tais autores, o neoliberalismo produz formas de vida e subjetividades que conformam normas tanto à ação dos governantes, como à conduta dos governados, que forjam, por si mesmos, escolhas voltadas à individualidade que incorpora habilidades exigidas pela lógica empresarial de competitividade, mérito e concorrência.

O neoliberalismo é o expediente requerido pelo capital para expandir a sua reprodução, encontrando guarida e reverberação na aliança com os conservadores. A forma aparente do cenário de crise econômica que se apresenta é dotada de elementos ideológicos que irrompem em uma forte ofensiva conservadora. Esta se explica, num primeiro momento, pela imputação da crise como “uma consequência, como já vimos, da má gestão governamental” (FRIEDMAN, 2014, p. 245); sobretudo quando se tem um partido da esquerda estrutural (PT) que, minimamente, estabelece alterações que destoam do receituário neoliberal, seja no aspecto da redistribuição ou do reconhecimento. Como afirma Scruton (2015, p. 41), o conservadorismo ganha evidência em tempos de crise, quando é “forçado pela necessidade política ou pelo clamor por doutrina”.

A ascensão do conservadorismo se apresentou como uma reação à suposta ameaça que o PT representaria às formas de relações postas na sociabilidade capitalista, ao reconhecer as necessidades de diferentes segmentos. Qualquer vinculação a uma miragem de esquerda passou a representar, além de sinônimo de má gestão, o arquétipo da decadência moral, expressa na corrupção do Estado. Esta passou a ser a pauta central, em especial com o início da Operação Lava Jato em 2014, na qual o ex-juiz e ex-ministro bolsonarista Sérgio

Moro puniu alguns políticos, deixando “praticamente impunes os corruptores diretos, vale dizer, aqueles que realmente praticaram condutas penalmente típicas” (JARDIM, 2017, p. 116). Negligenciou-se que, assim como a crise, a corrupção é inerente ao próprio sistema capitalista, causando estranhamento que ela gere escândalo, já que é a sua lei íntima:

Numa sociedade que aceita aberta, explicitamente, e de maneira – é preciso dizer – amplamente consensual que o lucro seja o único motor viável para fazer funcionar a coletividade, pode-se dizer que a corrupção está na ordem do dia de maneira imediata. Afinal, se ganhar o máximo de dinheiro possível é a norma, fica difícil dizer que não é verdade que todos os meios sejam válidos. Pois de que outra norma, de que norma sonhadora, poderíamos nos servir para normatizar a verdadeira norma que é o lucro? (BADIOU, 2017, p. 17).

Para Badiou (2017), a teatralização do escândalo em torno de uma gestão tida como corrupta apenas dissimula a corrupção sistêmica que rege o próprio modo de ser do capitalismo, servindo aquela como bode expiatório. A corrupção aparece como uma questão de desvio de conduta individual, como descaminho eminentemente moral. A aliança conservadora-neoliberal responde a visão ideológica que enxerga a crise não como ínsita ao capitalismo diretamente, mas como produto de dois elementos centrais: a) desvio moral (corrupção do Estado e seus agentes políticos); b) ineficiência econômica (pelo tamanho do Estado). Ao conservador caberia o papel de defesa da moralidade necessária no trato da coisa pública, posto assumido pela pretensa honestidade dos tantos militares que são ministros do governo do ex-capitão do Exército, Jair Bolsonaro. O âmbito econômico, por sua vez, é resolvido pela presumida eficiência de gestão que o liberalismo traz, ganhando centralidade o referido ministro da economia e guru Paulo Guedes.

O pensamento conservador se alia ao liberal em um casamento da moralidade com a eficiência, ainda que aquela não se limite a esfera da corrupção, abrangendo aspectos atinentes às relações de gênero, feminismo, étnico-raciais, regionais e assim por diante. Em

um sincretismo com a radicalização neoliberal, o conservadorismo serve como instrumento ideológico de fidelização das massas, na força-tarefa de deter a bravata daqueles que seriam os responsáveis pelo não desenvolvimento do país, bem como da degeneração dos valores da “família tradicional brasileira”, apregoando a máxima “liberal na economia e conservador nos costumes” (KELLER; ALVES KELLER, 2019).

A presença da junção de segmentos conservadores na esfera política estatal⁶ aponta para uma perspectiva reacionária de perda de direitos vinculados não somente à reassunção do modo de produção capitalista em sua forma mais pujante, a exemplo das reformas da previdência e trabalhista. Há uma retração nos direitos conquistados por grupos de pessoas que, por reconhecimento ou reparação histórica, começavam a ter reivindicações atendidas, em decorrência das lutas feminista, antirracista, LGBTQIA+, indígena, ambiental etc. O irracionalismo conservador passa a ditar a tônica política, naturalizando a crença, a religião e o preconceito no âmbito do Estado.

O irracionalismo conservador, que revigorou posicionamentos contra a ciência e a diversidade não representa uma ameaça direta aos ditames econômicos do neoliberalismo, ao se aliarem. Pelo inverso, é uma estratégia que serve para escamotear o conteúdo autêntico da crise (capitalista), permitindo a reprodução do capital na sua forma extrema. Isso explica, ao menos em parte, a consagração de uma figura tosca como o astrólogo Olavo de Carvalho – que chega a questionar, inclusive, se a Terra orbita o Sol (UOL, 2019) – à posição de mentor intelectual do governo Bolsonaro, visto que “Embora jamais tenha sido levado a sério na academia brasileira, pelo caráter vesano do seu pensamento, transmutou-se no maior guru da direita conservadora brasileira” (ALVES KELLER, 2019, p. 137).

A supressão generalizada de direitos, estratégia da aliança conservadora-neoliberal para a crise do capitalismo, representa o enfraquecimento de ações estruturantes em torno de políticas públicas. A encenação gerada pelo conservadorismo, que nega o reconheci-

⁶ A exemplo dos evangélicos neopentecostais que compõem a chamada Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional, integrada por 195 deputados e 8 senadores (CÂMARA, 2019), os quais, ainda que vinculados à diferentes denominações, atuam conjuntamente para pautar e rejeitar questões de suposto interesse religioso.

mento às diferenças e justifica a crise mediante critérios morais, coloca em xeque conquistas históricas do conjunto de trabalhadores. A sociedade que propugnamos edificar tem em seu cerne a construção de uma outra sociabilidade, livre de opressões materiais, bem como das relacionadas à raça, gênero, religião ou orientação sexual. Contudo, os depositários do sincretismo conservador-neoliberal, ao elegerem “soluções” falaciosas à crise, olvidam que a crise é o próprio capitalismo.

Considerações finais

Quando o socialismo mantinha o seu vigor político, enunciar a máxima “socialismo ou barbárie” denotava um estágio em que no horizonte da luta de classes se encontrava uma nova forma de sociabilidade. A partir do momento em que se firma uma esquerda meramente estrutural, que serve majoritariamente para legitimar a democracia liberal e o capitalismo, e ainda assim é extirpada do poder mediante golpe, significa que a baliza do transformável foi contida. Em vez de a crise despertar a irrisignação popular em face do sistema, é focalizada aos agentes políticos mandatários. A consequência foi o fortalecimento e apogeu da aliança conservadora-neoliberal, que propugna o corte de direitos como mandamento inevitável para sanar o cenário de crise.

Logo, não há garantia de que o antagonismo que rivalizava no século XX, entre socialismo ou barbárie, possa ter a mesma ressonância nos tempos atuais. Ao acreditar nas saídas ideológicas, que associam a crise a questões morais e de gestão, a classe trabalhadora – com maior ou menor nível de consciência – adere ao programa de corte de direitos, entregando ao capital as poucas garantias historicamente alcançadas. O tempo anuncia que parece mais visível a abolição das pessoas, que se esfacelam ao se tornarem inúteis ao capitalismo, do que a desconstituição do próprio capitalismo. O socialismo, no indigitado adágio, cede espaço ao capitalismo, transmutando-se em capitalismo e barbárie.

As crises cíclicas revelam que o arranjo de poder, seja pela esquerda estrutural ou pela aliança conservadora-neoliberal, promove

a atribuição de nomes impróprios para preservar o que se tornou o inominável capitalismo. Este se converte no termo ausente do debate, inclusive quando as demandas se limitam à órbita de conquistas dentro do Estado, como mais direitos e não a sua superação. O capital governa até mesmo o que pode ou não ser dito, como forma de preservar a sua necessária autoexpansão infinita. Pouco importa para ele se custará direitos, se dependerá de golpes, ou da instituição de uma racionalidade própria, desde que permaneça regendo a organização social.

Referências

ALVES KELLER, Suéllen Bezerra. **A Ofensiva do Conservadorismo: Serviço Social em Tempos de Crise**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

BADIOU, Alain. **Em Busca do Real Perdido**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____.; TARBY, Fabien. **Philosophy and the Event**. Cambridge: Polity, 2014.

BEHRING, Elaine. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. *In*: SALVADOR, Evilasio. BEHRING, Elaine. LIMA, Rita de Lourdes de. **Crise do Capital e Fundo Público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2019.

CABRAL, Alexandre. Dados econômicos da era Dilma: de chorar! **Blog Economia à Vista – Estadão** [13.05.2016]. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/blogs/economia-a-vista/dados-economicos-da-era-dilma-de-chorar/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

CÂMARA. **Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional** [17.04.2019]. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. A crise do capitalismo dependente brasileiro. *In*: MACÁRIO, Epitácio. *et al.* (Org.). **Dimensões da Crise Brasi-**

leira: dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza/Bauru: EdUE-CE/Canal 6, 2018.

CRELIER, Cristiane. Número de pessoas que trabalham em veículos cresce 29,2%, maior alta da série. **Agência IBGE Notícias** [18.12.2019]. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26424-numero-de-pessoas-que-trabalham-em-veiculos-cresce-29-maior-alta-da-serie>>. Acesso em: 14 set. 2020.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A political-philosophical exchange**. London/New York: Verso, 2003.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. Lisboa: Actual, 2014.

_____. FRIEDMAN, Rose. Livre para Escolher: Um depoimento pessoal. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

G1. Crise financeira faz aumentas vendas de 'O Capital'. **G1** [16.10.2008]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/0,,MUL801551-7084,00-CRISE+FINANCEIRA+FAZ+AUMENTAR+VENDAS+DE+O+CAPITAL.html>>. Acesso em: 13 set. 2020.

GALHARDO, Ricardo. Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'. **O Globo** [04.10.2008]. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>>. Acesso em: 13 set. 2020.

HEGEL, Georg Wihelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

HORKHEIMER, Max. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. *In*: HORKHEIMER, Max; ADORNO; Theodor. **Textos Escolhidos**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

IBGE. Desemprego. **IBGE** [2020]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 13 set. 2020.

JAPPE, Anselm. **As Aventuras da Mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Lisboa: Antígona, 2006.

_____. **Crédito à Morte**: a decomposição do capitalismo e suas críticas. São Paulo: Hedra, 2013.

JARDIM, Afrânio Silva. Lava Jato. *In*: ALVES, Giovanni *et al.* (coord.). **Enciclopédia do Golpe**. Volume I. Bauru: Canal 6, 2017.

KELLER, Rene José. **A Ofensiva do Conservadorismo**: Lutas Sociais e Crise do Socialismo. Vol. 2. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

_____.; KELLER, Rene José; ALVES KELLER, Suéllen Bezerra. “Liberal na economia e conservador nos costumes”: um arranjo sincrético na política brasileira pós-golpe de 2016. **Revista Fronteras**, Montevideo, 2019, n. 13, p. 44-52.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KURZ, Robert. **Com Todo Vapor ao Colapso**. Juiz de Fora: UJF/Pazulin, 2004.

_____. **Os Últimos Combates**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Razão Sangrenta**: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e seus valores ocidentais. São Paulo: Hedra, 2010.

MARCUSE, Herbert. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O Capital**: o processo global da produção capitalista. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MISES, Ludwig Von. **Liberalismo**. 2. ed. São Paulo: Instituto Brasil, 2010.

OLIVEIRA; Grazielle; CORONATO, Marcos. Como Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história. **Época** [04.04.2016]. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/04/como-o-brasil-entrou-sozinho-na-pior-crise-da-historia.html>>. Acesso em: 13 set. 2020.

OTTA, Lu Aiko. Beneficiários do auxílio emergencial chegam a 66,2 milhões. **Valor Econômico**. [03.08.2020]. Disponível em: <<https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/08/03/beneficiarios-do-auxilio-emergencial-chegam-a-662-milhoes.ghtml>>. Acesso em: 13 set. 2020.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

Estrutura ou acontecimento.

POCHMANN, Marcio. **Nova Classe Média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POSTONE, Moishe. **Tempo, Trabalho e Dominação Social**: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO. **O Caminho da Prosperidade**: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. Bolsonaro2018. Disponível em: <https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

PT. Operação Lava Jato comprometeu engenharia nacional. **PT** [07.10.2019]. Disponível em: <<https://pt.org.br/operacao-lava-jato-comprometeu-engenharia-nacional/>>. Acesso em: 13 set. 2020.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante, 2017.

SCRUTON, Roger. O que é Conservadorismo. São Paulo: É Realizações, 2015.

TREVIZAM, Karina. Mais de 62 milhões de brasileiros encerraram 2018 com o nome sujo, diz SPC. **G1** [15.01.2019]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/01/15/mais-de-62>>

milhoes-de-brasileiros-encerram-2018-com-o-nome-sujo-diz-spc.gh-tml>. Acesso em: 14 set. 2020.

UOL. Olavo de Carvalho questiona se Terra orbita o Sol; o que diz a ciência? **UOL** [09.01.2019]. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/tilt/ultimas-noticias/redacao/2019/01/09/o-que-a-ciencia-diz-sobre-a-terra-ser-o-centro-do-universo.htm>>. Acesso em: 12 set. 2020.

WESTER, Christel. Crise reaquece interesse por obra de Karl Marx. **Deutsch-Welle**[30.01.2010]. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/crise-reaquece-interesse-por-obra-de-karl-marx/a-5195662>>. Acesso em: 12 set. 2020.

Sobre os autores

Rene José Keller - Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bacharel e Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais. Advogado trabalhista. E-mail: rene.j.keller@gmail.com

Suéllen Bezerra Alves Keller - Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bacharela e Mestra em Serviço Social. Especialização em Direito de Família pela Universidade Regional do Cariri (URCA) Assistente Social Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS). E-mail: suellenalvess@hotmail.com